



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

**CLAUDIOVANA FRANCIELLE SILVA AVELINO DOS SANTOS
MARIA ALICE LIMA DA SILVA**

**PERMANÊNCIA ESCOLAR E MEMÓRIA: NARRATIVAS DOS SUJEITOS
IDOSOS/AS DA EJA EM SANTA LUZIA DO NORTE - AL**

Maceió – AL
2024

CLAUDIOVANA FRANCIELLE SILVA AVELINO DOS SANTOS
MARIA ALICE LIMA DA SILVA

**PERMANÊNCIA ESCOLAR E MEMÓRIA: NARRATIVAS DOS SUJEITOS
IDOSOS/AS DA EJAI EM SANTA LUZIA DO NORTE - AL**

Artigo Científico apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientador: Prof. Me. Andresso Marques Torres

Maceió - AL
2024

CLAUDIOVANA FRANCIELLE SILVA AVELINO DOS SANTOS
MARIA ALICE LIMA DA SILVA

**PERMANÊNCIA ESCOLAR E MEMÓRIA: NARRATIVAS DOS SUJEITOS
IDOSOS/AS DA EJAI EM SANTA LUZIA DO NORTE - AL**

Artigo Científico apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito parcial para a obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 27/03/2024.

Orientador: Prof. Me. Andresso Marques Torres

Documento assinado digitalmente
 **ANDRESSO MARQUES TORRES**
Data: 09/04/2024 15:07:23-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Me. Andresso Marques Torres – Orientador (Cedu/Ufal)
Examinador(a) 1 – Presidente

Documento assinado digitalmente
 **ANA LUISA TENORIO DOS SANTOS**
Data: 30/03/2024 17:36:46-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Ma. Ana Luísa Tenório dos Santos – UFAL
Examinadora interna

Documento assinado digitalmente
 **DIVANIR MARIA DE LIMA REIS**
Data: 30/03/2024 17:54:17-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Divanir Maria de Lima Reis – IFAL
Examinadora Externa

Maceió – Al
2024

PERMANÊNCIA ESCOLAR E MEMÓRIA: NARRATIVAS DOS SUJEITOS IDOSOS/AS DA EJA EM SANTA LUZIA DO NORTE - AL

Claudiovana Francielle Silva Avelino dos Santos
claudiovana.santos@cedu.ufal.br

Maria Alice Lima da Silva
maria.silva@cedu.ufal.br

Andresso Marques Torres
andresso.torres@cedu.ufal.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo de compreender através das narrativas das idosas de Santa Luzia do Norte como suas memórias atuam em seus processos de permanência escolar na velhice. Partindo da seguinte problemática: até que ponto as memórias da escola dos sujeitos idosos estudantes da EJA em Santa Luzia do Norte contribuem para a sua permanência escolar? Desdobrando-se em outras questões como: que representações possuem da escola? Quais os sentidos atribuem no presente? Metodologicamente, encaminhou-se através de uma abordagem qualitativa, fazendo uso da entrevista narrativa, onde foram abordados suas histórias pessoais, escolares, motivações, desafios e anseios futuros, em seus contextos acadêmicos. Os resultados revelaram como as dificuldades, essencialmente financeiras, vivenciadas por elas em suas infâncias, as negaram seus direitos, principalmente a educação. Revelou-se também a importância das memórias trazidas por elas, que as influenciaram a voltar ao âmbito escolar, depois de tantos anos, e de tantas vivências pessoais. Para essas mulheres, voltar a estudar e permanecer estudando, mesmo depois de tantos desafios, é sinal de força de vontade para superar desafios singulares, enfrentar preconceitos e barreiras sociais e culturais relativas às suas idades. Além disso, relatam como a permanência escolar impacta positivamente em suas vidas, proporcionando bem-estar físico e acima de tudo mental, às trazendo perspectivas para realização de sonhos futuros, como adquirir mais conhecimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Permanência escolar. Idosos.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo aborda os sentidos atribuídos pelo sujeito idoso¹ à escola, buscando compreender o que procuram, como se relacionam entre si e quais foram os motivos e as especificidades que fizeram com que retornassem e permanecessem estudando. Entendemos que esse movimento empreendido, na velhice, de retorno e permanência é permeado por muitos anseios, dúvidas, medos e sonhos (Moura, 2007), mas que a escola pode contribuir, enormemente, para a construção de outras representações em torno da idade, abordada neste trabalho não como princípio de etarização, mas carregada de princípios sociais, psíquicos e culturais. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de não categorizar os sujeitos com base na idade e de não atribuir a eles determinadas características, papéis e expectativas, muitas vezes de maneira estereotipada. Mas sim, de compreender a velhice como um fenômeno complexo influenciado por distintos aspectos, que contribuem para a construção de significados no processo de envelhecimento.

No imaginário social, o(a) velho(a) é geralmente visto como alguém estagnado, passivo e dependente, o que nos faz concordar com Bosi (1994), quando ela afirma que a sociedade industrial é aversa à velhice, uma vez que, quando o sujeito perde a força de trabalho, seguidamente, é descartado e condicionado a ser um sujeito que “não faz nada”. Isso porque, como defende ainda a autora citada: “quando se vive o primado da mercadoria sobre o homem [e a mulher]², a idade engendra desvalorização. A racionalização, que exige cadências cada vez mais rápidas, elimina os velhos operários” (Bosi, 1994, p. 78).

A realidade analisada pela autora mencionada é a década de 1970-1980, quando estávamos vivendo um processo intenso de industrialização, sob a força repressora da ditadura civil-militar (1964-1985). Nesse período, não havia, ainda, dispositivos legais que assegurassem o direito de pessoas idosas, sobretudo em relação à escola. Na virada do século XX para o XVI, por exemplo, tivemos importantes avanços que nos faz enveredar para uma mudança nas concepções e práticas a respeito da velhice, que não mais assentada em prerrogativas etárias. No entanto, tal perspectiva precisa e deve ser modalizada, na medida em que tomamos conhecimento de tantas e diferentes formas de violência contra esses sujeitos. Ou seja, além das formas mais diretas de violência contra os idosos, é imprescindível considerar a

¹ A perspectiva conceitual em torno do uso da palavra “idoso” está sendo referida ao sujeito do envelhecimento, tendo em vista o nascimento do termo na Europa nos anos 1960, seguidamente assumindo pelo Brasil nos documentos oficiais – especificamente na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, mais conhecida como Estatuto do Idoso – e que socialmente vem sendo utilizado. Enquanto que a velhice tem relação com o ciclo da vida, independente de hábitos, e formas de compreensões culturais.

² Observação nossa.

violência estrutural e social que permeia a vida desses sujeitos. A violência estrutural se manifesta na ausência de políticas públicas adequadas que assegurem os direitos e o bem-estar dos idosos, como programas de saúde, moradia e assistência social. Já a violência social está presente em práticas discriminatórias e estigmatizantes que limitam a participação e a inclusão desses indivíduos na sociedade, reforçando estereótipos negativos e prejudicando sua qualidade de vida.

Nos mantendo esperançosas, é que concordamos com Oliveira (2012), quando traz dados que apontam como, na contemporaneidade, o olhar sobre o idoso³ vem sendo, paulatinamente, modificado, percebendo-o como um ser ativo no meio social. Desse modo, sua inserção em diversos espaços da sociedade tem sido cada vez mais frequente, como é o caso da escola. A busca pela escolarização possui diversos sentidos, tendo em vista que, por diversas razões, tal direito lhes foi negado por diferentes razões quando criança, jovem e adulto.

Assim, as expectativas são de que a escola lhes oportunize outras formas de vivências, distantes das concepções que apregoam sua inutilidade. Isso porque, temos visto que cada vez mais esses sujeitos buscam a escola para aprimorar parte significativa do conhecimento que eles já trazem consigo, baseando-se no pressuposto que não passaram a vida inertes, mesmo não tendo vivenciado o ambiente escolar ou por algum motivo interromperam esse ciclo antes de chegarem ao objetivo almejado.

Nosso interesse por essa temática, advém dos estudos na disciplina de Educação de Jovens e Adultos, ofertada pelo Prof. Andresso Marques Torres no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), e as suas contribuições no decorrer das aulas. As discussões que surgiram nessa disciplina e uma atividade avaliativa onde tivemos contato direto com os sujeitos de nossa pesquisa, entrevistando-os e entendendo os caminhos escolares dos mesmos fizeram com que crescesse em nós um interesse pela Educação de Jovens e Adultos (daqui em diante, EJA) e instigou nossa curiosidade, e sucessivamente, o interesse em pesquisar acerca das memórias escolares e as suas contribuições para a permanência do sujeito idoso na escola, principalmente no que concerne às narrativas de retorno e permanência escolar desses sujeitos, em uma escola do município de Santa Luzia do Norte – AL.

Nesta perspectiva, partimos da seguinte problematização: *até que ponto as memórias da escola dos sujeitos idosos estudantes da EJA em Santa Luzia do Norte contribuem para a sua permanência escolar?* Dessa questão desdobram-se outras: *que representações possuem da escola? Quais os sentidos atribuem no presente?* Para responder essas indagações propomos,

³ O termo idoso será utilizado ontologicamente ao sujeito classificado nessa condição a partir do critério etário definido no Estatuto do Idoso, sem marcação de gênero, nesse sentido.

como objetivo geral: Compreender, por meio das narrativas dos sujeitos idosos da EJA, o que os fizeram começar ou recomeçar sua trajetória escolar, englobando quais suas mobilizações para permanecerem estudando, considerando os motivos que os levaram à interrupção dos estudos, mas principalmente as memórias que eles carregam dessa trajetória. Especificamente, pretende-se: i) compreender os motivos pelos quais os idosos/as não puderam começar ou finalizar sua trajetória escolar em outras épocas; ii) situar e compreender as suas memórias escolares; iii) analisar as narrativas acerca das experiências de vida-escolarização, realçando a dimensão da permanência escolar na velhice, destacando as motivações que os fazem estar na escola.

Desse modo, o presente trabalho divide-se, além dessa introdução, em duas partes, que se subdividem. Na primeira, apresentamos os caminhos da pesquisa, de modo que situamos os sujeitos, as filiações teóricas e metodológicas, demonstrando, assim, nosso percurso até as análises. Em seguida, na segunda parte, analisamos as narrativas de duas mulheres idosas estudantes da EJA, sujeitas da pesquisa. Por fim, são tecidas as considerações finais.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa fundamenta-se em estudos de Moura (2007), Bosi (1994), Oliveira (2012), Costa (2000) e nas Orientações Curriculares para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos (2018), ao tratar da EJA – enquanto área de conhecimento, especificamente a discussão sobre os sujeitos e a história dessa modalidade de ensino. Além disso, dialoga com os estudos de Reis (2016), Carmo & Carmo (2014), e Fiss & Machado (2014) ao evocar a temática da permanência escolar.

Buscando entender os significados atribuídos pelos idosos à escola, analisando os motivos que os levam a retornar e permanecer estudando na velhice, partimos da pesquisa qualitativa, que no dizer de Oliveira (2007, p. 59), é “caracterizada como sendo uma tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas, sem a mensuração quantitativa”. Nesse sentido, é que foi realizada uma entrevista com os sujeitos referidos, matriculados em uma escola pública do município de Santa Luzia do Norte⁴, região metropolitana de Maceió, em

⁴ A cidade é uma das mais antigas povoações do Estado, pois já em 1963, ouviam-se notícias de sua existência, com a invasão dos Batavos, durante o período da Guerra Holandesa. Somente em 1915, a vila foi elevada à condição de cidade, mas apenas em 1962 alcançou sua autonomia administrativa. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). *História e Fotos*. Santa Luzia do Norte: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/santa-luzia-do-norte/historico>. Acesso em: 26 fev. 2024.

Alagoas.

O topônimo da cidade foi atribuído devido a um milagre de Santa Luzia, quando um cego residente da vila recobrou sua visão por seu intermédio. O primeiro nome foi Santa Luzia de Siracusa e logo após foi batizada com o nome que conhecemos atualmente. De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, a população da cidade chegou a 6.919 pessoas, apresentando um crescimento de 0,41%, comparado ao censo de 2010.

Os dados⁵ de matrículas dão conta que na Escola Municipal Santa Luzia de Siracusa onde andárilhamos, há 523 alunos matriculados, que tem funcionamento nos três turnos do dia, com turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais – com 428 alunos matriculados; e do 1º segmento ao 10º período, na EJA – com 95 alunos matriculados. Desse total de alunos matriculados na EJA, na instituição, apenas cerca de 12 ou 12,63% são idosos, tendo uma prevalência de adultos, apresentando uma curva decrescente nas matrículas iniciais, comparado aos anos anteriores. Mas, comparando-as ao número final de matrículas e no quantitativo de não evasão e término do ano letivo, essa curva vem crescendo ao longo do tempo. Utilizando como exemplo os anos de 2019 e 2022.2, respectivamente, podemos constatar isto, visto que em 2019 – 251 matrículas foram feitas inicialmente, finalizando o ano com 87 matrículas, uma diferença de 164 alunos. Já em 2022.2 o número de matrículas iniciais foi de 69, finalizando o ano com 58 alunos matriculados, com uma diferença de 11 alunos, constatando o que foi anteriormente falado.

A escolha da escola se deu devido ao seu fácil acesso, por ser o maior polo da EJA na rede municipal da cidade e por fazer parte de uma comunidade na qual uma de nós está inserida, além de carregar memórias escolares e afetivas por ter estado ali como estudante também. Sendo assim, a nossa ida à escola ocorreu conforme o expectável, já que uma de nós já foi parte integrante daquele ambiente, como aluna, e estaria voltando àquele lugar como pesquisadora, buscando entender o funcionamento do ambiente escolar em um âmbito que nunca foi vivido por nós.

No dia 28 de fevereiro de 2024, fomos à escola para a realização das entrevistas. Ao chegarmos ao local, fomos bem recebidas pela coordenadora da EJA da instituição, a qual nos conduziu até sua sala para que, juntas, conversássemos com a vice-diretora, no intuito de que as mesmas pudessem entender o que seria ali realizado e seus objetivos.

Em todo o momento, a equipe gestora da instituição se mostrou totalmente aberta e

⁵ Os dados apresentados foram cedidos pela coordenação da escola.

disposta a contribuir com o andamento da pesquisa. Após explicarmos do que se tratava a pesquisa e alinharmos nossas perspectivas, a coordenadora da instituição de ensino elegeu duas idosas: uma com setenta e nove e outra com sessenta e sete anos, respectivamente, para a nossa pesquisa, reforçando nossa rogativa, que está expressa também no Estatuto da Pessoa Idosa, em seu Art. 1º que são consideradas pessoas idosas, aquelas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, e argumentando as escolhas que foram baseadas na facilidade de comunicação e num projeto já realizado na instituição sobre memórias, que contou com a participação das mesmas.

Após esse momento de conversa e alinhamento, iniciou-se o processo das entrevistas. Após o intervalo a coordenadora preparou um espaço na biblioteca da escola, para que as entrevistas pudessem acontecer, as quais duraram em torno de 25 a 35 minutos e ocorreram de forma bastante proveitosa. De início, seguimos um roteiro programado, mas ao longo da conversa foram surgindo outros pontos que também se constituíram em um diálogo pertinente, trazendo um maior entendimento e conteúdo para o assunto abordado.

Desse modo, apresentamos a seguir, as duas mulheres entrevistadas, ressaltando que os nomes são fictícios para preservar a imagem e identidade das mesmas.

A primeira entrevistada foi *Conceição de Souza*, de 79 anos, que nos contou que é aposentada, solteira, dona de casa, mora sozinha, e teve um início de vida sofrido. Segundo a mesma, durante sua infância, tentou estudar, mas não conseguiu por falta de condições financeiras. Depois de adulta, ela se mudou para Maceió para trabalhar numa casa de família, cuidando das crianças durante o dia e à noite sua patroa a matriculou no antigo primário, no qual aprendeu a ler e escrever. Depois de algum tempo precisou retornar para Santa Luzia do Norte, de modo que interrompeu os estudos.

Quando retornou a Santa Luzia, dona Conceição trabalhou em casas de família e, posteriormente, com um trabalho formal numa antiga empresa chamada Codepal, que produzia papel. Ainda trabalhando na empresa, fez um acordo com seu irmão para que ela cuidasse de seus sobrinhos, pois ele havia se separado e precisava de ajuda para criar os filhos. Assim foi feito e alguns anos depois ela teve seu único filho biológico. Hoje, dona Conceição vive, segundo suas próprias palavras, uma linda fase da vida. Contou que durante o dia faz seus serviços domésticos, canta, vai para o grupo da melhor idade no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) da cidade, dança pastoril, vai à igreja e à escola. Hoje, mora sozinha por escolha própria, pois diz que prefere o aconchego e a privacidade de sua casa que tanto lutou para conquistar. Voltou a estudar depois de longos anos, para espantar a solidão e maus pensamentos que lhe incomodavam por passar tanto tempo só.

Reforça a importância do apoio que recebe de seu filho e de seus colegas de turma para continuar nessa jornada. Enxerga a escola como um espaço acolhedor, de boas trocas, de afeto, de ganho de conhecimento e, acima de tudo, de reconhecimento daquilo que eles trazem da vida. Ela pretende manter-se estudando enquanto estiver com saúde e forças para continuar, pois entende que a educação é essencial e que, se possível fosse voltar ao passado, uma das grandes certezas da mesma é a busca pelos estudos, visto que acredita que hoje estaria com uma carga maior de conhecimento e com uma formação.

A segunda entrevistada foi *Luzia dos Santos*, de 67 anos, casada, dona de casa, mora com seu esposo e teve uma infância bastante difícil devido às condições financeiras de seus pais. Ainda criança, Luzia via outras crianças indo à escola e sentia muito desejo em estar naquele espaço também e pedia aos seus pais que colocassem ela e seus irmãos para estudarem. Contudo, sempre ouvia que eles não tinham condições para isso e, mesmo com toda tristeza que sentia no momento, depois de algum tempo de brincadeira isso era esquecido. Até que depois de algum tempo começou a trabalhar fazendo tijolos, que foi um dos seus vários trabalhos durante a vida.

Depois que já havia começado a trabalhar, uma professora foi até a sua residência e a convidou a estudar, e a mesma prontamente aceitou. Na época, dona Luzia estudou o primário no Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral, onde aprendeu a ler e escrever, e também matemática. Durante seu período de estudos, dona Luzia passou por uma fase de acontecimentos difíceis em sua trajetória de vida, e precisou se mudar para a casa de sua irmã em outra cidade do estado.

Dona Luzia se casou, teve 19 filhos, trabalhou fazendo tijolos, como marisqueira, nos canaviais, roças, como doméstica, pescadora dentre outras ocupações. Enquanto trabalhava como pescadora, foi acometida por algumas doenças, uma delas foi a *Schistosoma*⁶, que acabou comprometendo alguns de seus órgãos e a tornando inviável para o trabalho. Devido a seus problemas de saúde, que lhe causou muitas sequelas, dona Luzia esqueceu algumas coisas que aprendeu, como as habilidades no campo de leitura e escrita, mas segue com seus conhecimentos fortificados no campo da matemática, já que os utilizou mesmo que de forma implícita durante toda sua vida de trabalho, e de sua rotina de estudos no Mobral.

Dona Luzia resolveu voltar à escola, depois de ter enfrentado tantos problemas, para afastar maus pensamentos, além de buscar melhoria para sua saúde mental, que tanto foi afetada por seus problemas de saúde. Teve o apoio integral de seus filhos e de seus amigos para esse

⁶ Infecção parasitária causada pelo verme *Schistosoma mansoni*.

retorno, já seu esposo apresentou-lhe resistência a isso, alegando que ela “não possuía idade para isso”. Mesmo assim, dona Luzia recomeçou sua jornada escolar. Estudando a algum tempo, ela chegou ao 10º período, onde já seria encaminhada para o Ensino Médio, mas se recusou, por não conseguir ler e escrever, então, cogitou a possibilidade de desistir dos estudos, mas a coordenadora da escola, em comum acordo com Luzia, resolveu levá-la ao primeiro segmento novamente.

Com base nas entrevistas, é possível considerar que as narrativas, os sentimentos detalhados nas falas, os olhares trocados, a fluidez da conversa, as risadas, constituiu um momento significativo, não apenas para a construção desta pesquisa e para as entrevistadas, as quais partilharam suas histórias de forma tão fluida e genuína, mas para nós, que enquanto estudantes-pesquisadoras, recebemos uma grande contribuição para nossa formação e conhecemos de perto histórias inspiradoras de pessoas que não se deixaram abater e nem desistiram de trilhar seus sonhos, mesmo com todos os percalços da vida. Histórias essas que se refletem na vida de tantos brasileiros, mas que aqui está sendo representada por duas estudantes idosas, cada uma com suas especificidades e particularidades, nas suas formas de enxergar o mundo e enfrentar as dificuldades da vida, que se reflete e repete em tantos outros sujeitos estudantes da EJA.

3 MEMÓRIA, VELHICE E ESCOLA

A educação é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 a todos desde a infância, independente de classe, gênero, credo religioso, idade ou qualquer outro aspecto. Contudo, muitas vezes, sujeitos sofrem a violação desse direito, pois por algum motivo não estudam durante sua infância ou em períodos considerados regulares nos tempos atuais. Por muitos anos, essas pessoas que cresceram tendo seu direito à educação violado, ao chegarem na fase adulta e, principalmente em sua velhice, não obtinham a oportunidade de retornar a esses espaços e buscar aquilo que lhes foi tirado, mas, como um direito, a educação deve abranger a todos, em todos os ciclos da vida.

A Lei 10.471, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, em seu Art. 21 estabelece: “O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados”, reforçando que esses indivíduos têm direitos de receberem oportunidades de acesso à educação com metodologias que sejam voltadas para os mesmos, atendendo suas necessidades e especificidades, de modo que eles possam permanecer no ambiente escolar, até

que seu ciclo educacional seja concluído, como preconiza a lei.

Esta seção está dividida em duas subseções, na primeira intitulada *Memórias das trajetórias escolares*, abordamos as memórias escolares narradas na velhice, de sujeitos que retornam à escola. Adiante, na segunda subseção, que têm como título *Permanência escolar e velhice: faces e interfaces*, buscamos analisar as narrativas acerca das experiências de vida-escolarização, realçando a dimensão da permanência escolar na velhice, destacando as motivações que os fazem estar na escola.

3.1 Memória das trajetórias escolares

Nesta subseção, discutimos acerca das memórias escolares, narradas na velhice de sujeitos que retornaram à escola, tempos depois, com o propósito de construir novos processos interativos e novos conhecimentos. A memória, segundo Bosi (1994, p. 39), “é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento”, ou seja, a partir dela se explicitam as minúcias mais significativas das relações que se estabelecem em um decurso e em um espaço ao longo da existência do sujeito. Assim, durante a imersão no campo de estudo, sentimos a necessidade de abordar e compreender os percursos pelos quais as idosas não puderam começar ou finalizar sua trajetória escolar em outras épocas, ancorando em suas memórias de vida.

Considerando esse pressuposto, Silva (2023) reitera que a vida dos seres humanos, assim como a de outros seres vivos, perpassa por distintos ciclos e transformações englobando desde a infância, adolescência, vida adulta até a desejada e “temida” velhice. Dessa maneira, constata-se que a mesma se encontra em contínuas e inacabadas modificações, de forma que, consequentemente, o processo de aprendizagem não se distingue.

Inicialmente, buscamos conhecer as memórias mais pretéritas, entendendo com Thomas Mann (2016, p. 11), que: “[...] é necessário que as histórias já se tenham passado, e quanto mais mergulhadas no passado, caberia dizer, melhor corresponderão à sua qualidade essencial de histórias, e mais adequadas serão ao narrador, esse mago que evoca o pretérito”. Ou seja, ao mergulhar nas experiências passadas, é possível sentir a essência e a complexibilidade das histórias de maneira autêntica e impactante, e assim perpasalas.

As narradoras, matriculadas em uma escola municipal de Educação Básica na modalidade EJA, narram, neste trabalho, com base no que conseguem evocar do passado, aspectos que transcendem o tempo cronológico, figurando os acontecimentos que são recordados mediante a intervenção do presente, trazendo à tona o tempo pretérito.

Neste sentido, como escutadoras, emprestamos nossos ouvidos a Luzia (67 anos) que

nos explicitou, enfaticamente, os motivos pelos quais não estudou no passado. Ressaltamos que, como forma de respeitar a memória e as vivências das entrevistadas, reproduzimos literalmente o que elas disseram, abrindo mão, nas citações que seguem, do rigor formal da gramática.

Meus pais era pobrezinho, não tinha condições pra nada na vida. Sofria muito pra da comida a gente. A valença da gente, era porque meus pais era caçador com meus irmãos, e também pescador. Quando não arrumava comida de um lado arrumava de outro (Luzia, 67 anos).

Na mesma direção, tal qual uma vereda que se entrecruza, a entrevistada Conceição (79 anos) relatou que os pais não tinham condições de fomentar o acesso à educação, pois, as únicas alternativas dadas aos filhos era o trabalho, que ocorria por meio da extração de ostras e mariscos da lagoa Mundaú, que cruza a cidade de Santa Luzia do Norte, ou desempenhando a atividade de empregada doméstica. A ausência de acesso à educação em virtude do trabalho precoce na infância evidencia questões substanciais relativas ao direito à educação, preconizado na Constituição Federal de 1988 como um direito de todos e um dever do Estado e da família. Essa prerrogativa, embora respaldada na legislação, muitas das vezes não é executada, sobretudo para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Abrimos um parêntese para dizer que somos conscientes de que na época em que as entrevistadas eram crianças, ou até mesmo jovens e adultas, o direito à educação não estava assegurado como temos hoje, conforme explicitamos por meio da legislação. Além de ressaltar que a escola, na época em que as mesmas deveriam ter tido o acesso a ela, essa ainda não era para todos, e sim para aqueles que possuíam condições. No entanto, registramos, ainda que de forma superficial, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que previa “instrução primária” para todos. O que nos leva a concluir que tal obrigatoriedade não foi respaldada por todos os Estados Nacionais, que desde essa época até a CF, baseou a oferta de ensino para jovens, adultos e idosos, através de Campanhas.

Em continuidade, quando foi perguntada sobre os sentimentos produzidos pelo não acesso à escola na infância, Luzia (67 anos) respondeu:

Ficava muito triste mesmo. Eu lembro que eu dizia: Pai me bota na escola e ele dizia “minha fia seu pai não tem as condições”. A gente se aperiava, ficava triste e depois botava “pra” brincar (Luzia, 67 anos).

Luzia (67 anos), em sua narrativa, aborda também novas faces da exclusão: “meus pais não tinha as condições de butar ⁷ a gente na escola, então aí comecei a trabalhar fazendo tijolo” (Luzia, 67 anos). Consequentemente, nos faz perceber que as mesmas tiveram seus direitos à educação negados. Nessa perspectiva, o ingresso precoce no mercado de trabalho,

⁷ Respeitamos, no ato de transcrição, as formas de falar das pessoas.

frequentemente movido pela necessidade de fornecer sustento próprio e também para seus pares, culmina por privar esses sujeitos do acesso à uma educação formal, fomentando lacunas educacionais que perduram ao longo da vida, bem como perpetuam também o ciclo de pobreza e exclusão social.

Entendemos que sem o acesso à educação formal as oportunidades de trabalho com uma remuneração satisfatória são restringidas, o que impacta diretamente na qualidade de vida e no desenvolvimento pessoal. Nesse sentido, a privação do direito à educação também impossibilita o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais imprescindíveis para a vida em sociedade, impactando negativamente a habilidade de compreensão reflexivo-crítica para uma participação enérgica em sociedade. Fato este que não pretendemos generalizar, mas apenas ressaltar a importância da escola, e dos espaços formativos na formação psíquica dos sujeitos. Além disso, podemos mencionar o papel dos sindicatos e dos movimentos sociais, que atuam nessa seara formativa crítica e reflexiva.

Diante das falas de Conceição (79 anos) e Luzia (67 anos), constatamos que devido à falta de condições financeiras, sociais e por falta de conhecimento acerca da educação também, seus genitores não manifestaram preocupação com o processo de escolarização de seus filhos, bem como não percebiam na escola a possibilidade de novas oportunidades de vida e ascensão social. Fato que nos faz inferir para a não experiência dos mesmos com processos educativos formais, expressando formas de não legitimação da escola como instituição que pode promover reflexões e contribuir para a superação da consciência ingênua, como nos lembra Freire (1987). Assim, nessa direção, é que Souza, *et al* (2008) assegura que o acesso precoce do sujeito criança ao trabalho provoca seu afastamento prematuro das atividades escolares, ocasionando desencontros na escolarização.

Desse modo, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), documento aprovado somente em 1990, e ao qual os sujeitos alvos desse trabalho não tiveram amparo, afirma que o início do trabalho durante os primeiros anos da vida fere os direitos do sujeito – como é o caso das entrevistadas, induzindo ao chamado fracasso escolar e prejudicando o seu desenvolvimento integral. Consequentemente, percebemos que as formas de desigualdades e exclusão, a qual foram inseridas muitas pessoas, se caracterizam como um mecanismo que exerce significativa influência no processo de escolarização.

Nessa perspectiva, Luzia (67 anos) enfatiza também que, quando obteve acesso à escola, já na vida adulta, foi nas campanhas de alfabetização, como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral/1967-1985). Nessa direção, relata:

Quando eu comecei a estudar a noite na coisa do Mobral, a gente estudava com dois

professor, um ensinava das 19 às 20 horas e o outro das 20 às 21. Agora o de 19 às 20 era somente dever assim de classe, passava e tudo. E o das 21 era somente conta, conta pesada, pesada mesmo! Eu botava, tirava, pelejava e chorava. Ele dizia eu quero que vocês tire essas contas, aí nós somava de novo, desmanchava, a cabeça doía até quando conseguia. (Luzia, 67 anos).

Percebe-se como o Mobral, enquanto ampla campanha de alfabetização e educação continuada, chegou a muitas comunidades, incluindo Santa Luzia do Norte. Ressalta-se, pela fala acima, que os métodos de ensino adotados pelo referido Movimento eram mecanicistas e padronizados, sendo intrínseco ao saber ler e escrever, aprendizado que se configurava como necessário para o momento a qual estava passando o país, de abertura econômica.

Esses métodos utilizados transmitiam uma concepção tradicional e behaviorista da educação, que compreendia o processo de ensino-aprendizagem meramente como a aquisição de comportamentos observáveis e mensuráveis, sem ponderar acerca da heterogeneidade do processo de alfabetização e a multiplicidade de experiências e conhecimentos trazidos pelos sujeitos à escola. Logo, Beluzo e Toniosso (2015) mencionam que a educação estabelecida no período ditatorial, que se estendeu até 1985, apresentava um caráter tecnicista, ou seja, propícia para a formação de mão de obra. Por esse viés, objetivava apenas a adaptação do discente ao meio profissional, reproduzindo o modelo presente nas fábricas e indústrias, fazendo da educação um segmento deficitário.

Diante das narrativas, compreendemos que ao longo da história, o acesso à educação no país foi largamente restrito, principalmente para grupos sociais menos privilegiados. Durante séculos, o ensino esteve preminentemente aglutinado na alta sociedade, por consequência, a desigualdade de oportunidades educacionais era perceptível, reproduzindo um ciclo de marginalização. Nesse sentido, Coura (2008, p. 49), diz que: “frequentar a escola no Brasil foi, durante muitos anos, um privilégio para poucos. A própria história mostra quão desiguais foram as oportunidades de escolarização na sociedade brasileira”, e que nossas narradoras explicitaram de forma marcante.

Entendemos que a memória, nesse caso, atua como um lampejo sobre o presente, pois as idosas tiveram a oportunidade de evocar tais reminiscências, ao mesmo tempo, em que as ressignificaram, ampliando os olhares sobre o que estudaram e os que as fazem estar, outra vez, na escola, discussão que faremos na próxima subseção.

3.2 Permanência escolar e velhice: faces e interfaces

Conforme anteriormente citado, no imaginário social e educacional, os idosos na

contemporaneidade são constantemente vistos como desprovidos de utilidade, de modo que em decorrência da aposentadoria, não desempenhariam, por vezes, um papel produtivo na sociedade capitalista, possuindo certas fragilidades decorrentes do processo de envelhecimento. Nesta seção, abordaremos as narrativas apresentadas pelas interlocutoras acerca das experiências de vida-escolarização, realçando a dimensão da permanência escolar na velhice, destacando as motivações que as fazem estar na escola atualmente.

Considerando esse prognóstico, a educação na velhice se caracteriza como um meio de integração social e combate ao isolamento social. Isto é, a mesma possibilita oportunidades de interação com outros sujeitos, tornando a escola um *lócus* de troca de experiências e cooperação para o bem-estar emocional e social dos idosos, a qual viabiliza e contribui para uma vida plena e significativa. Dessa maneira, Conceição (79 anos) afirma que a solidão foi a mola propulsora para impulsionar o início de sua escolarização e permanência. De maneira semelhante Luzia (67 anos) menciona: “por causa de problemas meu. Minha fia viu que eu tava muito aperrada dentro de casa, pensando besteira e chorando” (Luzia, 67 anos).

Nesse sentido, a partir das falas das interlocutoras, concordamos com Furter (1976), quando menciona que o homem e a mulher são um ser inacabado, que procura a perfeição. Assim, a educação se torna um processo contínuo que só finda com a morte. Logo, o processo de escolarização ocupa papel fundamental para a promoção de aspectos cognitivos e sociais durante o processo de envelhecimento, beneficia a formação crítica do idoso, para que, como sujeito, seja capaz de permanecer ativo e com maior inserção social, com capacidade de articulação e de reivindicar dignidade e direitos.

Em continuidade, de maneira distinta percebe-se também que o processo de escolarização para as idosas expõe a dimensão de um ato de resiliência e reivindicação de direitos negados na infância, ao mesmo tempo em que retrata uma oportunidade única de realizar sonhos adiados e/ou interrompidos e buscar um desenvolvimento pessoal e social que lhes foi negado anteriormente. Dessa maneira, Luzia (67 anos) menciona que seu processo de escolarização significa mais do que ser alfabetizada: “Minha fia o que eu espero é que pra mim aprender uma coisa a mais” (Luzia, 67 anos). Tal recorte evidencia a busca por conhecimento como uma maneira de superação de dificuldades vivenciadas ao longo da vida, simbolizando uma reafirmação da própria identidade e um ato de determinação contra as restrições impostas pelo tempo e pelas eventualidades.

A pretensão de aprender valida não apenas uma busca por novos conhecimentos, mas também por reconhecimento e valorização, expondo que a escolarização na velhice ultrapassa a mera aquisição de habilidades, sendo também elemento de conquista da autonomia e

protagonismo. Segundo Freire (1979) “a educação é uma resposta da finitude da infinitude”, visto que o sujeito é inacabado e reencontra nos processos educacionais pressupostos para complementar seu desenvolvimento pessoal incompleto, independentemente de sua idade ou situação social. Esses sujeitos, ao experienciarem a escolarização, apresentam objetivos distintos daqueles atribuídos por alunos mais jovens que frequentam as salas de aula. Frequentemente, os idosos não estão à procura de um certificado para se inserir no mundo do trabalho: a escola se designa como um local de realização pessoal.

Entretanto, podemos constatar que alguns idosos que iniciam o processo de escolarização tardiamente enfrentam, em alguns momentos, sentimentos de inferioridade ou desvalorização, em virtude da sua idade, o que dificulta o seu rendimento escolar. Como nos conta Conceição (79 anos):

E meu filho disse ‘mãe vai estudar’, e eu disse: meu filho, já tô nessa idade quer que eu vou fazer mais na escola? Meu filho: ‘mãe pelo menos a senhora não vai dormir pensando besteira, vá pra escola mãe, pra senhora ver como é bom’. Foi justamente essas coisas que me fizeram chegar até aqui. (Conceição, 79 anos).

No entanto, ao serem reconhecidos e valorizados por suas experiências, esses sujeitos se sentem motivados no processo de aprendizagem, o que nos faz concordar com Reis (2016) quando menciona o processo simbólico pelo qual passam os sujeitos que estão retornando para a escola, de modo que ressalta o incentivo como um fator determinante para que ocorra a decisão de prosseguir estudando. Nesta direção, Conceição (79 anos) declara que os conhecimentos e experiências que foram adquiridos ao longo da vida foram valorizados e reconhecidos no processo de escolarização, bem como os conhecimentos ensinados têm auxiliado no desempenho de atividades diárias, como ir ao mercado. Consequentemente, expõe o bom acolhimento da escola: “Tudinho gosta de mim” (Conceição, 2024). Em continuidade, a narradora Conceição (79 anos) assegura: “recebo muitos elogios por onde passo, as meninas ali da tapioca falam muito bem, tá de parabéns! Recebo isso, tem gente mais nova que não quer e a senhora nessa idade quer”.

Os recortes das falas, em seus contextos orais, vão de encontro ao que aponta Pereira (2012, p. 31): “[...] para esses idosos frequentar a escola significa a oportunidade de aprimorar seus conhecimentos, aprender coisas novas, alargar seus relacionamentos, melhorar a qualidade de vida, a autonomia e a autoestima”. E, por fim, o que foi trazido aqui dialoga com os estudos de Coura (2008, p. 15), que explicitaram como para além da perspectiva do direito, a educação dos idosos é promotora de qualidade de vida e permite “[...] uma forma de se manterem vivos não apenas biologicamente, mas também, socialmente”. Desse modo, é importante concordar,

ainda, de acordo com o que assegura Goldenberg (2021) quando trata da invenção de uma bela velhice, a qual perpassa, no nosso entendimento, pelos processos educativos formais.

Nesse sentido, fazemos um paralelo entre os sentidos de uma bela velhice e a escola, enquanto instituição que pode permitir novos processos reflexivos, por serem espaços de promoção de encontros. Estes, por sua vez, podem ressignificar o que se entende por ser velho, pois oportunizam aos sujeitos a fala e a escuta, de acordo com o que Freire (1996) pontua, ao mencionar a necessidade de uma desburocratização da mente enquanto ação pedagógica assentada na superação de consciências pedagógicas ingênuas, que acreditam na transmissão e associação de conhecimentos, do docente ao educando.

Entendemos, assim, que a permanência dessas mulheres, está muito relacionada à necessidade da convivialidade, uma vez que asseguraram que em casa estavam sozinhas, pensando, no que classificaram como “besteira”. Nesse caso, a escola se configura como um lugar de sociabilidades, trocas intergeracionais, ao mesmo tempo que situa os objetivos dentro de uma matriz de pensamento, ou seja, podem aprender mais do que sabem.

Assim, as memórias da escola do passado se tornaram importantes, quando se tratou das decisões atuais de continuarem, haja vista que mencionaram recorrentemente o caráter dos sonhos pela conclusão da escolaridade, enquanto uma perspectiva situacional, não conseguida quando crianças, jovens e adultas, mas que, no tempo presente, podem frequentar. Isto, ainda que sofrendo determinados tipos de olhares, que julgam como preconceitos, como de fato são, algo que revertem em estímulo para seguirem firmes, adiante, determinadas e realizarem mais essa etapa, vivendo cada experiência de maneira proveitosa e intensa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou responder a seguinte problematização: *até que ponto as memórias da escola dos sujeitos idosos estudantes da EJA em Santa Luzia do Norte contribuem para a sua permanência escolar?* No sentido de responder essa pergunta, partimos dos pressupostos da pesquisa qualitativa, de base narrativa, em que entrevistamos duas mulheres idosas matriculadas em uma escola pública da cidade de Santa Luzia do Norte, Alagoas.

Quanto aos objetivos, nos propusemos, de maneira geral, a: compreender, por meio das narrativas dos sujeitos idosos/as da EJA, o que os fizeram começar ou recomeçar sua trajetória escolar, quais suas mobilizações para permanecerem estudando, considerando os motivos que os levaram a interrupção dos estudos, mas principalmente as memórias que eles carregam dessa trajetória. Especificamente, buscamos i) compreender os motivos pelos quais os idosos/as não

puderam começar ou finalizar sua trajetória escolar em outras épocas; ii) analisar as narrativas acerca das experiências de vida-escolarização, realçando a dimensão da permanência escolar na velhice, destacando as motivações que os fazem estar na escola.

No que se refere ao primeiro objetivo, pode-se concluir que as narrativas das idosas estudantes da EJA do município de Santa Luzia do Norte – AL, traz uma série de apontamentos significativos, principalmente no que se refere às memórias escolares e a dimensão da permanência escolar na velhice. Consta-se que as interlocutoras são mulheres que desde cedo vivenciam dificuldades, bem como enfrentam o ciclo de pobreza e a exclusão social, como consequência dos processos agudos de desigualdades sociais a que estiveram submetidas.

Nessa perspectiva, as memórias escolares desses sujeitos que tiveram o acesso à educação negado na infância devido ao trabalho precoce, realçam as dificuldades enfrentadas por muitas pessoas em contextos sociais desfavorecidos, o que nos faz inferir que as trajetórias se repetem tempos depois, com diferenciações. Com isso, não estamos afirmando a perspectiva reprodutora da história, fato que não acontece. Mas sim que essas memórias de vida apontam a importância da educação como um direito essencial que nem sempre é ofertado a todos, e ratifica o sonho enquanto uma chama que se mantém viva, enquanto desejo não consumado, em torno de um objetivo comum, que é a tão sonhada conclusão da escolaridade.

É imprescindível ressaltar também a importância que a escola tem para esses sujeitos na conjuntura atual, pois a mesma além de contribuir para o aprimoramento de conhecimentos existentes, é também uma fonte para a construção de tantos outros. Além de ser um lugar no qual as mesmas se utilizam não só para a construção de conhecimento, mas também como um espaço para construção de afeto, de memórias significativas e de retomada daquilo que um dia não foi possível ser construído por dificuldades impostas pelas circunstâncias da vida.

Quanto ao segundo objetivo, entende-se que a escola ganha uma grande proporção na vida desses sujeitos, por ser não somente um espaço de trocas de conhecimento, mas também como um lugar social, propulsor de possibilidades de resignificação em torno da velhice, ao mesmo tempo em que se sentem mais incluídos à sociedade, com possibilidades de reivindicação de direitos que há muito tempo lhes foram negados. Para as interlocutoras, o espaço escolar se tornou bem mais que um lugar de construção de conhecimentos, é um espaço de onde elas podem sonhar, terem vida, perseguir seus sonhos e objetivos que por muito tempo ficaram adormecidos ou apenas em suas lembranças, fazendo-as acreditar que nunca é tarde para aprender, e buscar seus objetivos.

Assim, o caráter da permanência é assumido enquanto um *continuum*, em que ao recordarem o que passou, seguem caminhando de mãos dadas com os sonhos, minando, por

vezes, os preconceitos e acreditando na velhice como um ciclo importante, que não está relacionado à estagnação. Ir à escola funciona como um catalisador de perspectivas, demonstrando que estão ativas e prontas para atuar em diferentes projetos de suas vidas, fato que nos faz responder à nossa indagação de até que ponto as memórias pregressas contribuem para a permanência. Assim, entendemos que recordar o tempo de escolarização fez com que as mulheres entrevistadas tivessem mais consciência de que estão singrando tempos outros e que o que viveram vale muito no tempo presente, pois assegura uma consciência dos seus reais objetivos de vida.

REFERÊNCIAS:

- BELUZO, Maira Ferreira; TONIOSSO, José Pedro. *O Mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas*. In: Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, v. 2, n. 1, p: 196-209, 2015.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 fev. 2024.
- BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 06 mar. 2024.
- CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (Maceió). *Resolução COMED nº 03/2016*. Disponível em: [RESOLUÇÃO nº 03/2016 COMED/Maceió - PDF Download grátis \(docplayer.com.br\)](#). Acesso em: 23 fev. 2024.
- COURA, Isamara Grazielle Martins. *Entre medos e sonhos nunca é tarde para estudar: a Terceira idade na educação de jovens e adultos*. 31a Reunião Anual da Anped, Caxambu, 2008.
- COSTA, Maria Sílvia da. *Repensando o processo de formação continuada dos professores da Educação de Jovens e Adultos no município de Maceió*. Dissertação de mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 6. ed. Trad.de Moacir Gadotti & Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FURTER, Pierre. *Educação e vida*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). *Documentação do censo 2022*. Maceió: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maceio/panorama>. Acesso

em: 26 fev. 2024.

MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Tradução: Herbert Caro. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MOURA, Tania Maria de Melo. *A formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos: dilemas atuais*. Belo Horizonte; Autêntica, 2007.

OLIVEIRA, Fernanda Silva; LEITE, Lúcia Helena Alvarez. *Freire e sua contribuição para a educação no Brasil*. Revista Paidéia do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Universidade FUMEC Belo Horizonte Ano 9 n.13 p. 43-56 jul./dez. 2012.

OLIVEIRA, Maria M. de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

PEREIRA, Jaqueline Mary Monteiro. *A escola do riso e do esquecimento: idosos na educação de jovens e adultos*. Educação em foco, Juiz de Fora, v. 16, n. 2, p. 11-38, set./fev. 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4541409/mod_resource/content/0/JACQUELINE_PEREIRA.pdf. Acesso em: 9 mar. 2024.

PONTAROLO, Regina Sviech; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. *O Direito a educação prescrito no Estatuto do Idoso: uma breve discussão*, 2006.

SEMED. *Orientações curriculares para a educação de jovens, adultos e idosos (EJAI)* / [Secretaria Municipal de Educação]. – Maceió: Editora Viva, 2018.

REIS, Dyane. O Significado de Permanência: explorando possibilidades a partir de Kant. In: Gerson Tavares do Carmo. (Org.). *Sentidos da Permanência em Educação: o anúncio de uma construção coletiva*. 1ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2016.

SILVA, Elizane dos Santos da. *Narrativas de mulheres-idosas da EJA no município de Atalaia - Al*. Trabalho de Conclusão de Curso - Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, p. 20. 2023.

SOUZA, E. L. C.; PONTILI, R. M. *Trabalho infantil e sua influência sobre a renda e a escolaridade da população trabalhadora do Paraná*. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 11., 2008, Curitiba-PR, Anais [...] Curitiba-PR: ANPEC/PPGDE-UFPR, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. *A invenção de uma bela velhice: projetos de vida e a busca da felicidade*. 2a ed. Rio de Janeiro, 2021.